



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO

**CIRC-OUVID - 4/2016**

São Luís (MA), 18 de julho de 2017.

**A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Desembargador(a) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**

Assunto: **Relatório de atividades da Ouvidoria do 1º semestre/2017**

Senhor(a) Desembargador(a),

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, inciso VI da Resolução nº 20/2010, deste Egrégio Tribunal de Justiça, encaminhamos para o conhecimento de V. Exa. o Relatório das atividades desenvolvidas por esta Ouvidoria no **1º semestre de 2017**, esperando que as informações aqui contidas possam contribuir com a gestão do Poder Judiciário e com a construção de políticas administrativas tendentes a melhorar a qualidade dos serviços judiciais e extrajudiciais.

**I**  
**DAS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS**

No período compreendido entre **1º de Janeiro e 30 de Junho de 2017**, a Ouvidoria recebeu **1971 manifestações**, que representam um aumento de **15,87%** em relação ao **2º semestre de 2016 (1.701 manifestações)**. O aumento da demanda, que incidiu principalmente no número de reclamações, pode ter relação à atual crise financeira, que faz com que as pessoas busquem no judiciário, sobretudo no que tange às causas patrimoniais, um meio atenuante da atual realidade econômica, aumentando a cada dia a quantidade de processos adentrados no Judiciário, bem como à deficiência na prestação dos serviços básicos devido ao não desenvolvimento destes na mesma proporção que o crescimento da população.

Essas demandas foram recebidas majoritariamente pelo formulário eletrônico e via Telejudiciário, que consistem nas formas de acesso mais procuradas pelos cidadãos, sendo ainda assegurado contato com o órgão por e-mail e pessoalmente, prestigiando-se sempre a informalidade e o valor da informação apresentada.

Abaixo tabela com o ranking dos canais mais acessados pelos cidadãos para cadastro de manifestações.

Canais	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total	(%)
Formulário Eletrônico	111	128	196	204	217	187	1.043	52,9
Telejudiciário	54	74	88	84	116	99	515	26,1
E-mail	20	26	43	18	42	23	172	8,73
Presencial	17	25	41	20	24	22	149	7,56
Ouvidoria CNJ	1	10	13	20	10	11	65	3,3
Ouvidoria do MP	1	2	2	3	4	1	13	0,66
Telefone	0	2	0	2	1	3	8	0,41
Digidoc	0	0	1	1	1	1	4	0,2
Petição	0	0	1	0	0	1	2	0,1
<b>Total</b>	<b>204</b>	<b>267</b>	<b>385</b>	<b>352</b>	<b>415</b>	<b>348</b>	<b>1971</b>	<b>100</b>

Do total de manifestações recebidas, 1695 foram reclamações de insatisfação com os serviços (86%) e 119 pedidos de informações (6,03%). O percentual restante consistiu nas manifestações do tipo denúncia, elogio, dúvida, sugestão, solicitação, havendo apenas uma manifestação que não se enquadrava em nenhuma dessas classificações e por isso capitulada como “Outros”.

ESPÉCIES	QUANTIDADE POR MÊS - 1º SEM. 2017							
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	TOTAL	(%)
Reclamação	181	239	313	303	356	303	1.695	86
Pedido de Informação	12	17	33	20	21	16	119	6,04
Solicitação	0	1	25	14	22	16	78	3,96
Denúncia	9	6	7	7	9	5	43	2,18
Elogio	0	2	6	3	2	2	15	0,76
Dúvida	2	2	0	3	3	3	13	0,66
Sugestão	0	0	1	2	0	2	5	0,25
Recurso - Lei de Acesso à Informação	0	0	0	0	2	0	2	0,1
Outros	0	0	0	0	0	1	1	0,05
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>	<b>267</b>	<b>385</b>	<b>352</b>	<b>415</b>	<b>348</b>	<b>1971</b>	<b>100</b>

Das reclamações, 92,98% foram relacionadas ao 1º grau de jurisdição, inclusive aqui os Juizados Especiais e Turmas Recursais, 4,01% referente ao 2º Grau, e apenas 3,01% referentes às Serventias Extrajudiciais.

RECLAMAÇÕES - 1º Sem. 2017				
DESCRIÇÃO	1º Grau	2º Grau	Cartórios	TOTAL
Quantidade	1575	69	51	1695
Porcentagem	92,92	4,07	3,01	100%

No tocante ao assunto das manifestações, a **morosidade processual** desponta como líder absoluta, concentrando-se **96,72%** dos registros no **1º grau**. Das 1574 reclamações, **1.527** se referem à morosidade processual.

<b>MOROSIDADE PROCESSUAL - 1º SEM. 2017</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>1º GRAU</b>	<b>2º GRAU</b>	<b>TOTAL</b>
Quantidade	<b>1477</b>	<b>50</b>	<b>1527</b>
Porcentagem	<b>96,72</b>	<b>3,28</b>	<b>100</b>

Na tabela a seguir, identificamos os assuntos mais comuns das reclamações:

<b>Assuntos mais comuns das reclamações</b>	<b>Jan</b>	<b>Fev</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
Morosidade Processual	163	209	272	274	332	278	1528	90,15
<b>Outros</b>	7	12	15	11	8	7	60	3,54
Reclamações referentes aos cartórios extrajudiciais	8	5	12	8	6	10	49	2,89
Reclamações sobre atendimento dos servidores	2	7	12	7	7	7	42	2,48
Sumiço de processos	0	1	2	1	2	1	7	0,41
Ausência de magistrados na comarca	0	4	0	0	1	0	5	0,29
Problemas no site do Tribunal	1	1	0	2	0	0	4	0,24
<b>TOTAL</b>	<b>181</b>	<b>239</b>	<b>313</b>	<b>303</b>	<b>356</b>	<b>303</b>	<b>1695</b>	<b>100</b>

O campo “**Outros**”, da tabela anterior, compreende reclamações das mais diversas, merecendo destaque as seguintes: falta de comunicação com as unidades judiciais por problemas nas linhas telefônicas; reclamações acerca de procedimentos judiciais ou discussão do mérito das decisões proferidas pelos magistrados ou ainda solicitação de cumprimento de sentença.

Entre as unidades mais demandadas na Ouvidoria, 20(vinte) se destacam<sup>1</sup>, permitindo uma intervenção direcionada por parte da Administração, com vistas a combater deficiências sistemáticas, muitas das quais relacionadas ao grande quantitativo processual, à ausência de infraestrutura e melhores condições de trabalho e insuficiência de servidores. Apesar das ações já tomadas ou ainda em curso, é necessário que estas sejam ampliadas. Apesar de apenas duas comarcas estarem vagas, faz-se necessária a convocação de novos juízes e designação de juízes substitutos fixos para atuarem durante os afastamentos previstos em lei dos juízes titulares da Unidade Jurisdicional. Havendo a possibilidade, sugere-se que os juízes auxiliares possam funcionar juntamente ao magistrado titular nas Varas com elevada demanda. Também recomenda-se o aumento no quantitativo de servidores nas Varas e Juizados, e não sendo possível, um estudo para redistribuição dos mesmos para unidades com maiores demandas. Insiste-se que o Tribunal e Corregedoria Geral de Justiça direcionem

<sup>1</sup> A relação apresentada não exaure a lista de unidades reclamadas, que pode ser acessada a qualquer tempo através de contato com a Ouvidoria.

atenção prioritária à Justiça de 1º grau, especialmente junto às Varas da Fazenda, que figuram no topo como as unidades judiciais mais reclamadas. Em que pese a melhoria com recente instalação da Secretaria Única da Fazenda, vale destacar que os processos do Sistema PJe que estiverem conclusos para despacho/decisão são da alçada dos gabinetes, da 1ª a 5ª Varas da Fazenda, somado a estes todos os processos físicos, que em cada unidade perfaz uma média de 7 mil processos, estando algumas dessas unidades com quadro de servidores incompletos, conforme informações colhidas junto a estas Varas. Portanto ainda vê-se como necessária a realização de mutirões nesses setores.

Igual importância deve ser dada à Turma Recursal da Capital, que possui um acervo de cerca de 16 mil processos, estando também com quadro de servidores incompleto. A perspectiva de julgamento para um processo naquele setor, se não houver nenhuma prioridade legal ou urgência, é de no mínimo 2 anos, conforme informações prestadas pela secretaria da unidade. Fator dificultador para avançar-se no cronograma para julgamento de processos, é o mandato de duração de apenas 2 anos e a não possibilidade de recondução, visto que a cada término de gestão, o setor passa por uma fase de transição e readaptação. Portanto sugere-se que o mandato seja por prazo superior ao atual, ou, que seja permitida a recondução. Recomenda-se ainda um estudo para verificar a possibilidade dos membros titulares da Turma Recursal atuarem exclusivamente naquela unidade, não tendo que responder ainda por um Juizado Especial.

<b>20 SETORES QUE MAIS RECEBERAM RECLAMAÇÃO - 1º SEM. 2017</b>		
<b>Unidades de Trabalho</b>		<b>Quantidade</b>
1º	1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	113
2º	3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	79
3º	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	74
4º	5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	67
5º	4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS	63
6º	2ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	53
7º	TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS	50
8º	1ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	41
9º	3ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	40
10º	7ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	37
11º	1ª VARA DE CAXIAS	33
12º	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE IMPERATRIZ	29
13º	4ª VARA CÍVEL DE SÃO LUÍS	28
14º	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	22
15º	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAXIAS	20
16º	SÃO BENTO - VARA ÚNICA DE SÃO BENTO, 2ª VARA DE CAXIAS E 1ª VARA CÍVEL DE AÇAILÂNDIA	18
17º	1ª VARA DE BACABAL, 2ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ E 1ª VARA DE GRAJAÚ	17
18º	1ª VARA CÍVEL DE IMPERATRIZ	16
19º	1ª VARA CÍVEL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (CÍVEL E COMÉRCIO)	17
20º	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM	17

Elogios também foram registrados às unidades, servidores e magistrados, comprovando a existência de boas práticas em curso, que merecem reconhecimento e disseminação por todo o Judiciário.

<b>Unidades de trabalho elogiadas - 1º Sem. 2017</b>	
1	COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DO FÓRUM DE SÃO LUÍS
2	IMPERATRIZ - 6º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL
3	OUVIDORIA
4	9º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SÃO LUÍS
5	DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS
6	2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS
7	VARA ÚNICA DE VITÓRIA DO MEARIM
8	SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA - DIVISÃO DE ACERVO

A equipe integrante da Ouvidoria, que hoje conta com apenas 5(cinco) servidoras e apenas 4 (quatro) no atendimento e acompanhamento das demandas, tem conseguido oferecer respostas às manifestações dos usuários dentro do prazo de vinte dias úteis, em mais de 98% dos casos, contando, para tanto, com a colaboração de considerável parcela de magistrados e de servidores de todo o Poder Judiciário Estadual, inclusive dos Cartórios.

<b>FINALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES - 1º Sem. 2017</b>			
Descrição	Manifestações FINALIZADAS		PENDENTES
	Finalizadas ANTES de 20 dias	Finalizadas APÓS 20 dias	Pendentes dentro dos 20 dias
<b>Quantidade</b>	<b>1919</b>	<b>38</b>	<b>14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1971</b>		

## **II** **CASOS EMBLEMÁTICOS**

Convém frisar que o alto percentual de resolução alcançado pela Ouvidoria nas manifestações recebidas depende imprescindivelmente da colaboração de servidores e magistrados. Contudo, possuímos dificuldades em obter respostas junto a alguns setores em relação às demandas aqui recebidas. Essas dificuldades se dão por variados motivos, mas são justificadas principalmente por conta da grande demanda que estas unidades possuem e deficiência de mão de obra. Dois casos que merecem destaque se referem a 1ª Vara da Fazenda e ao Juizado Especial de São José de Ribamar. No tocante a primeira, em resposta apresentada dia 26 de junho do corrente ano à demanda na Ouvidoria, através do Ofício 1VFPSL nº 432017 no sistema Digidoc, a magistrada, Dra. Luzia Madeiro Neponucena, informou que a unidade possui apenas uma analista judicial e que encontrava-se de licença médica há mais de

trinta dias, o que inviabilizava a celeridade solicitada, ante o quantitativo enorme de demandas em trâmite naquela Vara, as quais estão dentro das nossas possibilidades sendo dado o devido processamento e esta tem sido a resposta padrão para todas as demandas, não tendo sido apresentadas estimativas de prazo para atendimento ou solução.

Quanto ao Juizado Especial Cível e Criminal de São José de Ribamar, também em resposta à demanda encaminhada por essa Ouvidoria, o magistrado Dr. Marcelo José Amado Libério, apresentou em Ofício JECECSJR – 312017 no sistema Digidoc, a grave situação do juizado do qual é titular. O setor no primeiro semestre de 2017, recebeu **2.218 (dois mil duzentos e dezoito) novos processos**, número superior à distribuição de todos os Juizados Especiais da Comarca da Ilha, possuindo apenas 1 cargo de conciliador para atender a toda demanda.

Portanto, entende-se como necessárias junto a estas duas unidades, atenção redobrada, devido às condições apresentadas. Vale destacar que o tratamento célere e efetivo dos processos é condição imprescindível para a qualidade da prestação jurisdicional.

Enfatizamos que não pretendemos privilegiar ou penalizar setor A ou B, mas sim funcionar como um parceiro a evidenciar os problemas estruturais que precisam ser melhorados. Levamos a relatório apenas estes dois casos, diante da constância com que são recebidas demandas em relação a estes setores e das respostas/solicitações apresentadas pelos magistrados para as providências que entenderem viáveis.

### **III** **INFORMAÇÃO AO CIDADÃO**

No primeiro semestre de 2017 a Ouvidoria recebeu 119 pedidos de informações através do SIC (Sistema de Informação ao Cidadão). Um decréscimo de 35,2% em relação ao número de solicitações apresentadas em relação ao segundo semestre de 2016, contudo, não menos importante é priorizar a transparência ativa, com a disponibilização de mais informações institucionais no próprio *site* do Tribunal, tornando prescindível a formalização de requisições pelos usuários.

### **IV** **TELEJUDICIÁRIO**

Além do importante apoio prestado às atividades típicas da Ouvidoria, a Divisão do Telejudiciário realizou inúmeras outras atividades no semestre, como o registro de manifestações para serem encaminhadas para Ouvidoria, agendamento de audiências de conciliação, agendamento de casamentos comunitários, consultas sobre movimentações de processos judiciais, informações sobre servidores, órgãos e magistrados, atendimento aos pedidos de informação, dentre outras atividades.

Abaixo tabela especificando as atividades realizadas e seu quantitativo.

ACUMULADO - JANEIRO A JUNHO DE 2017								
TOTAL MATUTINO E VESPERTINO								
	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
Informações Jurídicas	Consulta a processos de primeiro grau	369	397	595	432	591	490	2874
	Consulta a processos de segundo grau	48	49	51	23	62	71	304
	Consultas a processos de Juizados Especiais	57	91	78	81	93	80	480
	Consultas a processos nas Turmas Recursais	3	3	4	0	9	6	25
	Informações a respeito de Ações Cíveis	1	1	0	1	2	0	5
Publicações Oficiais do Judiciário	Resoluções, Portarias e Atos da Presidência	0	2	1	2	0	1	6
	Comunicados Oficiais do Judiciário	0	2	0	0	0	0	2
Eventos Jurídicos	Casamentos Comunitários	4	6	10	15	54	187	276
	Correição Geral Ordinária e Extraordinária	0	0	0	0	0	1	1
Plantões Judiciais e Cartorais	Plantão de 1º Grau	0	0	0	1	0	0	1
	Plantão de 2º Grau	1	0	0	4	0	0	5
Órgãos	Informações das Comarcas	248	256	314	225	275	238	1556
	Informações dos Setores do Judiciário - TJMA, Corregedoria de Justiça e Fórum de São Luís	322	345	438	259	529	556	2449
	Informações de Outros Órgãos	45	55	71	68	67	65	371
	Composição do Pleno, Câmaras Cíveis e Criminais	0	0	0	0	0	0	0
Pessoas	Servidores do Poder Judiciário	9	7	11	9	42	14	92
	Magistrados	4	5	8	1	6	5	29
	Advogados	1	7	4	1	2	2	17
Informações - Servidores	Informações Administrativas	1	0	0	0	1	3	5
	Senhas aos servidores - acesso aos sistemas do TJMA	50	90	224	107	84	92	647
Manifestações do Sistema ATENDE	Reclamações	40	66	78	78	108	93	463
	Denúncias	2	2	4	2	1	3	14
	Pedido de informação	0	0	1	0	1	1	3
	Sugestões	0	0	0	0	0	0	0
	Elogio	0	0	8	0	0	1	9
	Outros	0	0	1	0	0	0	1
	Consulta de Manifestação	8	12	18	26	19	13	96
Conciliações do Sistema ATENDE	Agendamento de Conciliação - CEJUSC	55	68	113	63	80	59	438
	Consulta de Conciliação	8	7	10	10	12	13	60
Casamento Comunitário - CGJ	Agendamento de Casamento Comunitário	0	0	0	0	0	483	483
Outras Informações	Outras Informações	5	15	23	14	13	19	89
<b>TOTAL</b>		<b>1281</b>	<b>1486</b>	<b>2065</b>	<b>1422</b>	<b>2051</b>	<b>2496</b>	<b>10871</b>

Foram **10.871 atendimentos** realizados no 1º semestre do ano de 2017, tendo destaque as consultas processuais e prestação de informações sobre os Órgãos, que representam o maior quantitativo de atendimentos, com a realização de **3.683 consultas processuais** e **4.005 informações** prestadas sobre as Unidades Administrativas e Judiciais do Tribunal. Neste semestre tivemos os agendamentos dos

casamentos comunitários, no período de 5 a 14 de junho, alcançando um total de **483 agendamentos**.

## V PROJETOS E AÇÕES

Nesse semestre houve participação do Ouvidor do Poder Judiciário do Maranhão, desembargador Ricardo Duailibe, no III Encontro do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais, realizado no Estado de Minas Gerais, no período de 6 a 8 de julho do ano corrente. O encontro promovido pelo Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, teve como objetivo propagar a importância das ouvidorias como instrumento de participação democrática e de aprimoramento da gestão do Poder Judiciário, visando também incentivar a união entre as ouvidorias judiciais, bem como fomentar uma atuação ética, transparente e responsável. O evento foi aberto com a palestra do ministro Carlos Velloso, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e na oportunidade foi feito o lançamento nacional da coletânea “Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação”, além da realização de mesas redondas para debate. Na ocasião, houve ainda eleição da nova direção e a escolha da cidade de Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul para sediar o IV Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais.

A seguir fotos do evento.



**III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais**



**III Encontro do COJUD**

O programa “Aproveite para conciliar”, também integrante do projeto “Justiça Democrática de Proximidade”, tem proporcionado à população uma alternativa à reclamação, qual seja, a de tentar a resolução consensual de conflitos, alinhando-se ao escopo do novo Código de Processo Civil. É disponibilizada uma ferramenta eletrônica no formulário eletrônico da manifestação, sugerindo o agendamento de uma audiência de conciliação. Foram registrados 432 acessos por meio dessa funcionalidade no semestre, no entanto houve uma redução na quantidade de agendamentos e relação ao semestre passado.

Ainda sobre as ações voltadas à conciliação, a Ouvidoria, reconhecendo a importância dos meios alternativos de solução de conflitos, em parceria com o 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC (Fórum do Calhau) participou de capacitação para os servidores operarem com a mediação e conciliação virtuais, realizadas nas plataformas [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br) e [www.cnj.jus.br/mediacaodigital/](http://www.cnj.jus.br/mediacaodigital/), já estando a Ouvidoria apta ao recebimento de usuários para cadastro em tais plataformas. O treinamento faz parte do Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, aprovado pelo Plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão. Vale destacar que esta unidade integra o projeto de iniciativa da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça “Ouvidorias de Justiça: agentes potencializadores da Mediação e da Conciliação”. Devido a recente adesão ao programa, foram recebidas poucas demandas nesse sentido.

A Ouvidoria, assumindo sempre o compromisso em participar com responsabilidade na democratização do judiciário e promover o acesso à informação à população, participou nesse semestre da 24ª Ação Global, ocorrida no dia 27 de maio no Edifício Paulo Freire, localizado na Universidade Federal do Maranhão. No evento foram recebidas reclamações e pedidos de informação, bem como foi realizada a divulgação dos serviços oferecidos pela Ouvidoria e Telejudiciário através de palestras e distribuição de material gráfico.



Servidoras da Ouvidoria e Telejudiciário na 24ª Ação Global

## VI AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Nos dias 23 de março e 22 de junho de 2017, foram realizadas as audiências pública nas Comarcas de Açailândia e Santa Inês respectivamente, referente à atuação

do Poder Judiciário nos polos judiciais de Imperatriz e Bacabal, eventos que contaram com a participação média de mais de 130 pessoas, entre populares e autoridades locais, sendo a todos assegurada a oportunidade de manifestação e de participação do debate público, por meio do oferecimento de críticas e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional nos municípios englobados.

Por ocasião da Audiência em Açailândia o Ouvidor Judiciário visitou as instalações do Fórum Henrique de La Roque, em Imperatriz, e também as instalações do Fórum José Ribamar Fiquene, em Açailândia, onde reuniu-se com os juízes para tomar conhecimento da realidade das referidas Comarcas, reuniões abaixo registradas.



**Visita ao Fórum de Imperatriz e reunião com os magistrados da Comarca**



**Visita ao Fórum de Açailândia e reunião com os magistrados da Comarca**

Foi detectada como experiência positiva na Comarca a solidariedade entre os magistrados, que atuavam em rodízio na realização da audiência de Custódia, diante da grande demanda criminal da 1ª Vara.

A mesma sistemática ocorreu em Santa Inês, onde o desembargador conheceu as instalações do Fórum João Miranda Sobrinho e reuniu-se com os juízes do Polo de Bacabal.



**Reunião com os magistrados do polo judicial de Bacabal**

Experiência positiva identificada na Comarca, foi a criação, idealizada pela Dra. Kariny Bogéa, juíza da 3ª Vara de Santa Inês, de uma brinquedoteca para que as crianças não presenciassem o conflito familiar durante audiência referente a Ações de Divórcio, Guarda e outras.

As informações coletadas nos dois polos judiciais integraram relatórios encaminhados à Presidência e Corregedoria Geral de Justiça para as providências reputadas possíveis pela gestão, que encontra-se disponibilizado para consulta no *site* do Tribunal, na seção relativa à Ouvidoria Judiciária. Vale ressaltar que as audiências

constituem-se como uma oportunidade rara de comunicação, controle social e de prestação de contas, favorecendo a realização da *accountability* indispensável para aproximar o Judiciário da sociedade.

A seguir fotos do evento realizado no Instituto Federal do Maranhão em Açailândia.



**Componentes da Mesa - Audiência Pública em Açailândia**



**Audiência pública em Açailândia abrangendo o polo judicial de Imperatriz**

Mais adiante, fotos da audiência pública realizada no Salão do Júri do Fórum de Santa Inês.



**Componentes da mesa - Audiência pública em Santa Inês**



**Audiência pública em Santa Inês abrangendo o polo judicial de Bacabal**

Este é o relatório das atividades do 1º semestre de 2017 que nos cabia apresentar.

Renovo manifestação de apreço e admiração.

Atenciosamente,

**Desembargador RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE**  
**Ouvidor Judiciário**